



Índice

- 01 [Acre decreta estado de emergência por causa de isolamento](#)
- 02 [Procedimento da Famasul que questionava recomendação do MPF/MS é arquivado no CNMP](#)
- 03 [Como vemos nossos direitos hoje?](#)
- 04 [PCdoB reafirma voto contra PEC da demarcação de terra indígena](#)
- 05 [Wagner vai ao governo pelas comunidades indígenas Pareci](#)
- 06 [Saúde estadual presta contas à população](#)
- 07 [Reunião discute políticas para povos e comunidades tradicionais](#)
- 08 [PF pede prisão preventiva de índios em Humaitá](#)
- 09 ["A selva de pedra cresceu em mim", diz índio que atuou no filme mais radical sobre extermínio Avaeté - A semente da vingança](#)
- 10 [Sinapir inaugura novo ciclo das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil](#)
- 11 [BA: pessoas são coagidas a fazer cadastro na Funai](#)
- 12 [Má gestão causa problemas na saúde indígena, diz Teixeira](#)
- 13 [Joaquim Barbosa revoga o direito de propriedade em disputa com entre produtores rurais e Funai](#)
- 14 [PMA da Capital retoma Educação Ambiental e atende 2.100 estudantes indígenas e](#)



3.374 alunos em Miranda

- 15** Justiça revê decisão e declara a ribeirinhos posse de Porto Esperança
- 16** Governo federal garante apoio a desabrigados em Rondônia
- 17** Tetila esclarece sobre recursos destinados à saúde indígena
- 18** Revista NORDESTE traz um retrato dos índios brasileiros na atualidade
- 19** Índios invadem Unidade de Conservação e Funai pede que saiam. Índios invadem propriedade rural e STF manda que fiquem.
- 20** Eficaz e eficiente: Lobby dos índios é mais inteligente do que o lobby Agro
- 21** Petrobras faz pesquisa no entorno de terras indígenas do Amazonas sem consultar Funai
- 22** Ministério Público mantém restrição de financiamento para produtores que estão em área indígena
- 23** Senado aprova proteção a escolas rurais e indígenas
- 24** Estudo revela que estratégia de preservação de terras indígenas é falha
- 25** Governo federal vai manter valor de R\$ 78 milhões por terra indígena em Sidrolândia
- 26** A ativista Medha Patkar, o movimento ambientalista e o novo partido AAP
- 27** Fim da moratória da soja deverá incentivar 'desmatamento legal' na Amazônia
- 28** Mídia Inacreditável, por Alceu Castilho
- 29** Tenharim: "PF conclui inquérito e pede prisão preventiva de índios em Humaitá"



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

30 [Sucesso! Madeireiros expulsos do território da 'tribo mais ameaçada do mundo'](#)



Acre decreta estado de emergência por causa de isolamento

SÍTIO ESTADÃO, 26.02.2014

Rio Madeira alcançou 18,57 metros, interditando rodovia que dá acesso ao Estado

Itaan Arruda - Especial para O Estado

RIO BRANCO - O governador do Acre, Tião Viana (PT-AC), decretou estado de emergência em função do isolamento causado pelas cheias do Rio Madeira, em Rondônia. Em declaração divulgada pela assessoria de governo, Viana usa o termo "isolamento pleno" para expor a gravidade da situação.

"Hoje o Rio Madeira já alcança a cota de 18,57 metros, um índice já impressionante, considerado por alguns o maior desastre ambiental que a Amazônia já viveu e nós temos uma situação de quase isolamento pleno, por via rodoviária, na BR-364 no lado de Rondônia", afirmou o governador. "O governo tem adotado todas as medidas com segurança, se antecipando às dificuldades que possam decorrer dessa provável obstrução da BR para a população".

De acordo com Viana, a decretação da situação de emergência "vai nos permitir medidas administrativas ágeis que possam colaborar mais ainda para a prevenção de agravos em qualquer ameaça que nós possamos ter de atendimento regular e justo para a população do Acre".

Da tribuna do Senado, o irmão e senador Jorge Viana (PT-AC) alertou para a necessidade de o governo federal intensificar o debate em relação às alternativas ao transporte rodoviário e também em relação às obras das usinas de Jirau e Santo Antônio. Sobre esses temas, o senador foi direto. "Alguém errou e errou feio", afirmou.

A BR-364 é a única ligação rodoviária que o Acre tem com as demais regiões do País. Todo o abastecimento relacionado à alimentação, combustível e insumos para a incipiente agricultura e indústria ocorre pela rodovia federal.

Cheia. A cheia histórica do Rio Madeira cobriu a estrada em vários pontos. Em alguns deles, a água está 80 centímetros acima do asfalto. Em Porto Velho, já passa de 1,8 mil o número de famílias desabrigadas. O estado de calamidade pública só não foi decretado por uma determinação da Defesa Civil Nacional que entende ser necessárias mortes ou epidemias para justificar a medida de exceção.

No Acre, o abastecimento de gás de cozinha e gasolina está sendo feito pela cidade de Cruzeiro do Sul (extremo oeste do Estado). A maior empresa responsável pelo envasamento do GLP está sediada em Porto Velho e está inativa com linha de produção completamente submersa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Uma alternativa já planejada pelo governo do Acre é realizar comércio de produtos básicos com o Peru. Reuniões com representantes da Associação Comercial e Industrial do Acre e Federação do Comércio já foram feitas. "A intenção é nos antecipar aos problemas", disse o presidente da Associação Comercial do Acre, Jurilande Aragão. O estoque de segurança em cimento, calculado em 20 mil sacas na semana passada, já acabou em Rio Branco.



Procedimento da Famasul que questionava recomendação do MPF/MS é arquivado no CNMP

SÍTIO PR/MS, 27.02.2014

Voto vencedor considerou atuação de procuradores regular e de acordo com a Constituição

Por maioria, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) arquivou o Procedimento de Controle Administrativo n. 13/2012-21, que pedia a suspensão de recomendação expedida pela Procuradoria da República em Dourados (MS) para que bancos aplicassem as regras restritivas, constantes das convenções internacionais das quais as instituições financeiras são signatárias, quanto à concessão de financiamentos a produtores rurais ocupantes de áreas indígenas ou sob litígio. O Plenário seguiu voto-vista do conselheiro Luiz Moreira (foto), que considerou que eventuais faltas dos procuradores da República que assinaram o documento estariam prescritas.

O PCA foi requerido pela Federação de Agricultura no Estado do Mato Grosso do Sul (Famasul) e questionava a Recomendação n. 09/10. No documento, procuradores recomendaram ao BNDES, ao Banco do Brasil e a agentes financeiros (que operam recursos do BNDES) a observâncias dos pactos internacionais, o que implicaria no não financiamento de atividades de produtores rurais ocupantes de terras indígenas ou sob litígio no Mato Grosso do Sul.

O julgamento do PCA começou em 2013, quando o então relator, conselheiro Fabiano Silveira, defendeu que não era possível anular a recomendação, por tratar-se de atividade fim do Ministério Público, não sujeita a controle pelo CNMP. No entanto, ele votou pela abertura de processo administrativo disciplinar contra os procuradores signatários do documento, para apurar eventual excesso na emissão da recomendação.

Segundo o relator do voto vista, conselheiro Luiz Moreira, a atuação dos procuradores no caso foi regular e eles agiram de acordo com o previsto na Constituição. Ainda assim, mesmo que houvesse falta disciplinar, ela estaria prescrita. A recomendação foi expedida em 28 de outubro de 2010. Segundo a Lei Complementar n. 75/93, as faltas puníveis com censura prescrevem em um ano a contar do fato, enquanto as condutas puníveis com suspensão prescrevem em dois anos. Como a recomendação é de outubro de 2010, mesmo que houvesse falta punível com a pena de suspensão, ela estaria prescrita desde outubro de 2012. Foi destacado ainda que, mesmo em sendo consideradas as datas de expedição de ofícios no ano de 2011, buscando esclarecer item da recomendação, estaria o ato fulminado pela prescrição em 2013.

O relator afirmou ainda que, por sua atuação na questão indígena, os procuradores do MPF/MS deveriam "receber uma congratulação do CNMP e não serem representados para abertura de Procedimento Administrativo".

O processo foi arquivado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Com informações da Assessoria de Comunicação do CNMP.

--

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)

Como vemos nossos direitos hoje?

SÍTIO CIR, 26.02.2014



Foto: CIR

Com base no questionamento de como vemos os nossos direitos hoje, lideranças indígenas entre, tuxauas, mulheres e jovens, iniciaram ontem, 25, o VI Encontro Estadual dos Operadores dos Direitos Indígenas, que nessa continuidade vem com o tema Desafios e Estratégias Atuais na Defesa dos Direitos Indígenas. A atividade é realizada na Casa de Cura, em Boa Vista/RR.

Conhecedores da lei maior, a Constituição Brasileira de 1988, que contém importantes artigos que garantem direitos aos povos indígenas do Brasil, as lideranças tem a consciência de que é necessário aprimorar esses conhecimentos sob o ponto de vista estratégico de luta e fortalecimento do movimento em defesa dos direitos constitucionais. São direitos à demarcação e homologação de terras indígenas, à educação diferenciada, saúde de qualidade, proteção territorial, direito à autonomia e outros, que constantemente vem sendo violado e desrespeitado pelos poderes constituintes.

Para esse momento de revisão dos conhecimentos sobre os direitos indígenas, os participantes contam com a mediação da Advogada Joênia Wapichana, coordenadora do Departamento Jurídico do CIR, que desde 2001 realiza essa atividade política e cidadã junto às comunidades e suas lideranças indígenas.

Como primeira atividade, os indígenas tiveram a tarefa de fazer uma reflexão, avaliação de como os direitos vem sendo respeitados e cumpridos pelo Estado brasileiro. Divididos em dois grupos, fizeram um levantamento dos avanços da Constituição e das ameaças que têm causado grandes preocupações e indignação aos povos indígenas do Brasil.

CONT.



Os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, a questão das 19 Condicionantes no caso Raposa Serra do Sol, os projetos de construção de hidrelétricas, de mineração, são exemplos visíveis de que mesmo a Constituição com 25 anos de promulgação, ainda não está sendo de fato cumprida, como deveria e nem mesmo o sistema internacional, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além desses desrespeitos ainda tem a saúde de qualidade, que não é prestada aos povos indígenas e a educação diferenciada, que não é respeitada pelo sistema educacional do Brasil.

Esses foram alguns dos pontos que os operadores dos direitos indígenas refletiram e apresentaram, deixando claro que são conhecedores da lei, mas que a própria Constituição, segundo os relatos, "foram eles (Estado) que criaram as leis e porque não respeitam?".

Além da atividade de refletir sobre os direitos, as lideranças indígenas também conheceram a composição do Estado Brasileiro, legislativo, executivo e judiciário, assim como o funcionamento. Uma dinâmica foi realizada para exemplificar na prática, como as questões indígenas em geral são assistidas por essas instâncias.

Uma forma simples, mas que deixa na consciência de cada tuxaua, mulher e jovem indígena, o aprendizado necessário para ser repassado aos demais indígenas que esperam nas comunidades obter um conhecimento a mais sobre os direitos indígenas.

Para o Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização que tem essa referência local, nacional e internacional na luta em defesa dos direitos indígenas, também acompanha diretamente a atividade, no intuito de construir com os povos indígenas novas estratégias de defesa e fortalecer as que já existem.

O Encontro continua nos próximos três dias, 26, 27 e 28. O último dia está destinado ao II Seminário de Análise Jurídica e Política das 19 Condicionantes no caso Raposa Serra do Sol, que será realizado no Auditório da Universidade Federal de Roraima, às 15h, onde o debate sobre o assunto será mais amplo e com participação de autoridades públicas, entidades sociais, indígenas e demais convidados.

PCdoB reafirma voto contra PEC da demarcação de terra indígena

SÍTIO VERMELHO, 26.02.2014

A deputada Jandira Feghali (RJ), líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, recebeu na manhã desta quarta-feira (26) representantes dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, que se manifestam contra a PEC 215, que transfere do Poder Executivo para o Congresso a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas. A líder se posicionou a favor dos indígenas e contra a PEC.

Richard Silva



Para a líder, aprovar a PEC 215 é virar as costas para a Constituição e as nações indígenas do Brasil.

"Eles pedem para não votar ou derrotar o projeto e nós que já temos posição contrária à PEC, reafirmamos o nosso compromisso de dificultar que entre em pauta e se entrar votar contra a PEC", disse a líder.

"Essa PEC contou com a nossa oposição inclusive na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Aprovar a PEC 215 é virar as costas para a Constituição e as nações indígenas do Brasil. Está na nossa pauta não deixar votar e vocês podem contar com a gente", afirmou a deputada.

Para Lindomar Terena, líder indígena, se a PEC for aprovada, nunca mais acontecerá demarcação de terra para os povos indígenas. "Estamos fazendo esse apelo aos líderes partidários com o objetivo de sensibilizá-los quanto ao tema. A bancada evangélica e a ruralista não pode ganhar força para aprovar a PEC que matará nosso povo."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

De autoria do ex-deputado Almir Sá (PPB-RR), a PEC também facilita a revisão das terras já demarcadas. Outras mudanças seriam nos critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentadas por lei, e não por decreto como é feita atualmente.

De Brasília
Márcia Xavier
Com informações da LidPCdoB



Wagner vai ao governo pelas comunidades indígenas Pareci

SÍTIO CENÁRIO MT, 27.02.2014

O governador Silval Barbosa e o procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior, irão conhecer e discutir nos próximos dias, com o deputado Wagner Ramos (PR), a viabilidade jurídica de três das principais reivindicações das lideranças indígenas Paresi de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal e Conquista D'Oeste.

A pauta foi apresentada ao parlamentar na manhã desta terça (25) em reunião na Assembleia Legislativa. Os integrantes do povo indígena HalitiParesi – representados juridicamente pelas Associações Waymarê e Halitinã – pedem a concessão do trecho Rio Papagaio-Rio Verde, da MT-235 – Rodovia João Arrezomae (João Garimpeiro) e o reconhecimento da permanência da cobrança do direito à passagem dos veículos que a utilizam.

Essa parte da rodovia atravessa a área Utiariti, situada entre Campo Novo do Parecis e Sapezal. “A cobrança foi pactuada e acordada em assembleias entre o Povo Paresi, Funai e o governo mato-grossense, preliminarmente definido antes da pavimentação feita na gestão de Blairo Maggi”, confirmaram Tarcilo Zomoizokae Paresi e Ivânio Zekezokemae.

Eles presidem a Waymarê e Halitinã. O terceiro item é a permanência da manutenção do trecho do Rio Papagaio ao Rio Verde. Segundo as lideranças, ela já vem sendo feita por meio de parceria entre as associações e o poder público. Outras reivindicações incluem parcerias agrícolas e royalties de PCHs – as Pequenas Centrais Hidrelétricas.

“Vamos buscar caminhos junto ao governo pela viabilidade jurídica desse projeto. O povo Paresi tem um histórico exemplar de emancipação e de trabalho, com advogados, engenheiros agrônomos e professores em suas comunidades, por exemplo”, lembrou Wagner Ramos. Um dos líderes do grupo e da Aldeia Bacaval, Arnaldo Zunizakae, revelou preocupação com a possível quebra do acordo que permitiu a cobrança do “direito de passagem” na MT-235.

Saúde estadual presta contas à população
SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 26.02.2014



A secretária de Estado de Saúde, Suely Melo, apresentou os avanços e os indicadores do setor
(Foto: Assessoria Sesacre)

Oportunidade para expor os trabalhos desenvolvidos no ano passado, além de debater com os representantes da sociedade civil organizada, trabalhadores e gestores, foi o que ocorreu na manhã desta terça-feira, 25, em audiência pública de prestação de contas da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre).

Durante o evento, a secretária Suely Melo apresentou como funciona todo o complexo estadual de saúde, os atendimentos e procedimentos ofertados pelo governo do Estado e a habilitação de serviços, como o de neurologia, neurocirurgia e transplante de fígado.

Suely destacou, também, os programas de saúde bucal Mais Sorriso e de saúde feminina Mulher Mais Vida, e a habilitação do Hospital Santa Juliana em serviços de cardiologia de alta complexidade.

“Trabalhamos com dinheiro público, então temos que dar satisfação para a sociedade daquilo que a gente faz com essa verba específica destinada à saúde. A cada quatro meses, nós temos que prestar conta do foi gasto, além de anunciar diversos avanços, uma vez que 96% da população no estado é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS)”, disse a secretária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Para o deputado estadual e presidente da Comissão de Saúde do Poder Legislativo acreano, Eduardo Farias, esse momento é de fundamental importância, pois o governo do Estado informa onde estão sendo aplicados os recursos. "Pode-se, ainda, verificar se as verbas estão sendo utilizadas conforme o que foi determinado pela Conferência Estadual de Saúde. E podemos colher aqui sugestões sobre a aplicação correta dos recursos da saúde", destacou o deputado.

Também participaram do evento a secretária de Saúde de Rio Branco, Marcilene Alexandrina, o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Elenilson de Souza, e o deputado estadual Chagas Romão, além de representantes da sociedade civil organizada.

Participação da população indígena

Representantes de 11 etnias indígenas que estavam presentes reconheceram os avanços na saúde do Acre, mas fizeram algumas ponderações sobre possíveis melhorias na saúde oferecida aos índios, para que eles tenham ainda mais acesso às consultas, exames e cirurgias.

Com as reivindicações por parte da comunidade indígena, a secretária Suely Melo convocou uma reunião para ouvi-los e buscar solucionar os problemas.



Reunião discute políticas para povos e comunidades tradicionais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.02.2014

Novo decreto modificando estrutura da comissão nacional é esperado para o fim do ano

Acontece, nesta quarta e quinta-feira (26 e 27), em Brasília, a 22ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O encontro tem como objetivo o fortalecimento da própria comissão como coordenadora da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Na ocasião, será apresentada a avaliação do Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da região Nordeste, que ocorreu em Salvador, em dezembro de 2013, e a proposta metodológica para os próximos encontros regionais e para o II Encontro Nacional, que vai acontecer em Brasília no segundo semestre deste ano.

“Dentro dos resultados esperados de todo o processo dos encontros está a minuta de novo decreto para a CNPCT, abordando desde o número de integrantes da comissão até quem serão os representantes”, explicou a diretora de Extrativismo do MMA, Larisa Gaivizzo.

Fortalecimento

Segundo o gerente de Agroextrativismo do MMA, João D’Angelis, será um momento de fortalecimento da comissão, que é o principal instrumento de implantação da PNPCT. “O diferencial desta reunião são os parceiros e as novas alianças que estamos realizando para a execução da política”, afirmou.

Como parte da estratégia de ampliar os parceiros da PNPCT, foram convidados representantes da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), das Comissões Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), além do secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Roberto Cavalcante, e da presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emilia Pacheco. A reunião será coordenada pelo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme Cabral, na função de secretário executivo da CNPCT.

Nesta quarta-feira (26), se reúnem paralelamente o grupo de trabalho responsável pela organização dos encontros e os representantes da sociedade civil na CNPCT. Na quinta-feira (27), estarão reunidos o governo e os 15 segmentos sociais membros da CNPCT. Entre eles, representantes dos povos faxinalenses, de cultura cigana, indígenas e de terreiro, além de quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, pescadores, caçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades tradicionais pantaneiras e de fundo de pasto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Saiba mais

A PNPCT foi instituída, em 2007, por meio do Decreto nº 6.040. É uma ação do governo federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

A CNCPT é, atualmente, integrada por 15 representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e outros 15 de organizações não-governamentais e é presidida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MMA, por meio do Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, exerce a função de Secretaria Executiva.

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



PF pede prisão preventiva de índios em Humaitá

SÍTIO EXAME, 26.02.2014

Polícia Federal concluiu o inquérito que apurou a morte de três homens na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá

Araçatuba - A Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito que apurou a morte de três homens na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, no sul do Amazonas. O caso está agora com o procurador Edmilson da Costa Barreiros Júnior, do 2º ofício do Ministério Público Federal (MPF), de Manaus, que deverá decidir pela denúncia dos cinco índios tenharins presos acusados pelos crimes.

Tensão entre indígenas e população tem causado transtornos à região

No inquérito, o delegado Alexandre Alves, pede que a prisão temporária dos índios seja transformada em prisão preventiva. O pedido foi feito por Alves ao juiz Márcio André Lopes Cavalcante, da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal de Manaus. Mas, segundo o advogado Carlos Terrinha Almeida de Souza, além da modificação na prisão dos índios, o delegado também pede a prisão de outros 25 índios, acusados de coparticipação nas mortes. A informação não foi confirmada pela Justiça Federal e nem por Alves, que alegou sigilo profissional.

Souza defende as famílias do professor Stef Pinheiro de Souza, 43 anos, do representante comercial Luciano Ferreira Freire, 30, e do técnico Aldeney Ribeiro Salvador, de 40, sequestrados e mortos em 16 de dezembro quando atravessavam a área indígena. Os corpos só foram encontrados numa vala no dia 3 de fevereiro, e enterrados, sob clima de protesto..

A suspeita é (de) que os índios tenham matado os três homens em vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim, após um acidente de motocicleta, em 3 de dezembro.

"No relatório, que tem 60 páginas, o delegado pede a prisão de mais 25 pessoas, na maioria índios, acusados de coparticipação no crime", disse o advogado. Segundo ele, os índios tinham conhecimento dos crimes e atuaram para esconder a autoria das mortes.

"A selva de pedra cresceu em mim", diz índio que atuou no filme mais radical sobre extermínio Avaeté - A semente da vingança
SÍTIO OLHAR DIRETO, 26.02.2014

Da Redação - Marianna Marimon

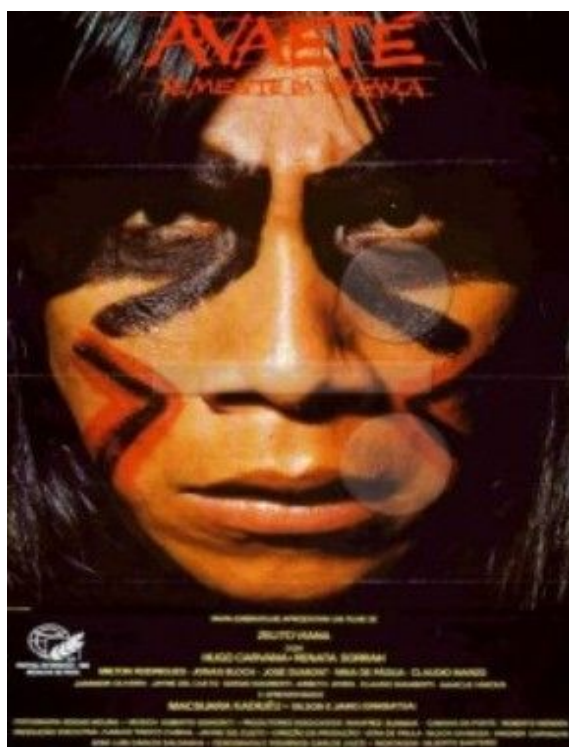


Foto: Reprodução

A cena mais chocante do filme Avaeté – A semente da vingança contrasta com o choque daqueles olhos melancólicos, que um dia acreditaram que o mundo poderia ser um lugar justo para todos. E a realidade bateu à porta quando poetizou em uma conversa: “A selva de pedra cresceu em mim”. Macsuara Kadiweu é o índio que sobrevive no filme do cineasta Zelito Viana, e o enredo se confunde com a sua própria história, com a história de todos aqueles que perderam sua ligação com a terra. Os dois estiveram presentes no Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá, o Cinemato, devido a homenagem ao cineasta e ao filme que é baseado em fatos reais ocorridos em Mato Grosso, aonde o filme foi rodado.

Leia também: Curso "Documentário: do começo ao fim" é gratuito e está com inscrições abertas no SESC Arsenal

CONT.

O filme é de 1985, mas nunca foi tão atual. É com crueza que demonstra uma história real: o extermínio dos indígenas em detrimento de suas terras e riquezas naturais. Baseado no massacre do Paralelo 11 contra os índios Cinta-Larga, algumas cenas do filme são inventadas como a explosão da aldeia, mas outras são reais. Zelito Viana conta que a cena mais chocante do filme é referente a uma fotografia da revista americana Time.

Então, não adiaremos mais. A história é a seguinte, um madeireiro poderoso quer invadir as terras indígenas para ampliar seu poder na região, e para isto, determina o extermínio de uma tribo inteira. O cozinheiro da missão se acovarda e não consegue matar o único menino sobrevivente, que consegue fugir. Enfim, o "Branco", capitão do mato do madeireiro pega a mãe do menino e a amarra pelos pés a uma árvore, e então, com um facão corta a mulher ao meio.



Esta cena é uma fotografia da Time. Na história real, o bebê leva um tiro na cabeça e a mãe é cortada ao meio com um machado. Avaeté não é fácil de engolir, mas é necessário, é como uma pílula amarga que pode te trazer a cura. Porém, o processo é dolorido. É um soco no estômago e na cara. É um choque de realidade. Sim, tudo isso aconteceu. Mas como Zelito relembra: "o único motivo para o extermínio do povo Cinta-Larga era apenas para não deixar que eles avançassem em seu território, não havia disputa por terras ou madeira", explicou.

CONT.



O massacre do Paralelo 11 aconteceu em 1962, mas só veio à tona em 1968. Zelito narra as dificuldades para conseguir produzir o filme na época da ditadura militar. Mas, o longa saiu e ganhou as telas do mundo. Em todas as salas em que foi exibido, Zelito conta que no momento da cena da índia cortada ao meio, a reação é sempre a mesma: espanto.

“A minha cabeça foi feita aí, nesse filme, em 1978 quando entrei em contato com as tribos indígenas, conheci uma realidade nova, porque eu era um ser urbano e conheci o Brasil profundo aqui em Mato Grosso. Infelizmente esta problemática é atual”, disse Zelito.

No enredo, o pequeno índio consegue fugir e também o cozinheiro. Então, começa uma amizade improvável e esta foi a história que Zelito vendeu para que o filme pudesse ser exibido. Mas, ele já emenda que ninguém engoliu a história da amizade.

Avaeté é uma obra de crueza e densidade, um retrato da realidade como ela é, sem deixar dúvidas dos erros cometidos em todas as esferas contra os povos tradicionais. Após o crime contra a tribo do pequeno índio, ele cresceu junto ao cozinheiro, até que denunciam o massacre, e começam a ser perseguidos novamente. Um político denuncia no Congresso, mas não resulta em nada. O dono da madeireira é poderoso demais.

O pequeno índio agora homem consegue resgatar um dos seus únicos amigos, e no fim do filme, consegue vingar toda a dor que passou durante os anos. O tempo todo, o índio está em busca de sua identidade perdida, de sua relação com a terra, com os hábitos do seu povo, com a natureza, a água, o vento. “Eu era o homem livre”, termina o filme.

Mas, a sessão pode ter sido encerrada, só que o problema continua a gritar em nossas caras como um incansável reflexo de nós mesmos: uma sociedade egoísta, individualista, consumista e segregadora.

Avaeté é essa busca por tudo o que se foi e não irá voltar. Avaeté é um pedaço de tempo que se foi, mas nunca deixou de ser. Avaeté é o grito contido da dor, da morte, do sangue derramado.

Macsuara deu vida ao índio valente que conseguiu vingança pelo extermínio de seu povo. A sua história se mescla com Avaeté, porque sua pele é o símbolo do sofrimento de toda uma vida. A emoção tomou conta de si ao rever Zelito e o filme feito na juventude. Seus olhos marejados revelam a imensidão de uma alma atormentada, inquieta e irrequieta.

“Teria que ter muitos Zelitos para contar a nossa história, porque a representação do índio no cinema fica em 3º plano, é como um figurante da realidade. O 1º plano é da natureza e o 2º é dos exploradores. Não existe uma lente que identifique o âmago da cultura indígena nativa”, disse Macsuara.

E solta “invisible people”. É assim que Macsuara traz à leitura dos indígenas perante o mundo: “as pessoas invisíveis”. “É uma bolha psicológica que criaram para observar e preservar a natureza e isso é a maior mentira. A Internet também. O olho não funciona, a boca não funciona, só o que funciona é a solidão”, sentenciou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Consciente dos problemas indígenas, Macsuara possui uma análise crítica e política sobre a situação. E lamenta que atualmente, a luta perdeu força, e a busca pela preservação da identidade também. No filme, o índio vai atrás do próprio eco para encontrar a si mesmo. "É um massacre moral, cultural, que derruba o esteio. As lutas enfraqueceram. Mataram todos os heróis", lamentou.

Então, para finalizar a entrevista, questiono Macsuara sobre como é para ele, ter saído da aldeia, de perto da natureza e adentrado o universo urbano, e com os olhos sérios e calejados me responde com uma dor que se percebe na voz: "A selva de pedra cresceu em mim", e emudece. O silêncio toma conta de nós e só a solidão pode funcionar.



Sinapir inaugura novo ciclo das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil
SÍTIO SEPPIR, 26.02.2014

Operacionalização do Sistema foi tema de videoconferência hoje (26/02) com conexões em todo o país, além de gestores e gestoras reunidos nos Estados e no auditório do MEC, em Brasília. Durante o evento, a SEPPIR anunciou chamamento público que lançará depois do Carnaval, visando estruturar órgãos, conselhos, ouvidorias e fóruns de promoção da igualdade racial nos Estados e Municípios

“O Sinapir inaugura a possibilidade de um novo ciclo das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil”. Foi o que afirmou a ministra Luiza Bairros hoje (26/02), na abertura da videoconferência que conectou gestores e gestoras em todo o país e no auditório do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, ponto de geração do diálogo. Em discussão, as medidas a serem adotadas pelos entes federados para o início da operacionalização do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir.

Para aderir ao Sistema, Estados e Municípios devem ter Órgãos e Conselhos de Promoção da Igualdade Racial em pleno funcionamento. Este e outros requisitos que compõem o passo a passo para adesão dos entes federados foram apresentados pelo assessor do Gabinete da SEPPIR, Marcos Willian Bezerra. Segundo o gestor, essa terceira videoconferência tratou do estágio mais aguardado do processo, “a operacionalização do sistema e a adesão dos entes, considerada etapa importante por possibilitar a atuação conjunta na implementação da política, potencializando resultados e garantindo o acesso prioritário”.

Organizada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a atividade teve o anúncio de uma chamada pública que será lançada depois do Carnaval, visando o fortalecimento e a institucionalização de órgãos, conselhos, ouvidorias permanentes e fóruns voltados para a temática nos Estados e Municípios.

“As propostas dos órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal devem focar o apoio a políticas transversais; de ações afirmativas; ações de fortalecimento de políticas públicas para comunidades tradicionais de matriz africana, quilombola e povos ciganos”, informou a assessora para Assuntos Federativos da SEPPIR, Eunice Léa de Moraes.

A ministra Luiza Bairros analisa que o Sinapir vai exigir um esforço especial de gestores e gestoras no sentido da institucionalização dos órgãos de Promoção da Igualdade Racial (PIR). “Não existe qualquer possibilidade de uma política pública ser bem sucedida se o trabalho não for desenvolvido com os entes federados, porque é dessa maneira que se consegue que a política chegue às pessoas”, afirmou a chefe da SEPPIR, para quem, os resultados desse esforço vão depender também do empenho de governadores e prefeitos na compreensão da política de PIR.

CONT.



Parceria

A titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), Macaé Evaristo dos Santos, destacou a importância da parceria do MEC com a SEPPIR no debate sobre o Sinapir e disse que a atividade era fundamental para garantir a condução das políticas de promoção da igualdade racial de maneira democrático.

“Renovar o compromisso com a política de promoção da igualdade racial pela adesão é um compromisso que deverá vir atrelado à possibilidade concreta que tenhamos de fortalecer os órgãos nos lugares onde eles existam, com a possibilidade de determinar competências e papéis bem definidos para os governos federal, estaduais e municipais”, alertou a ministra, para quem o novo momento exige esforço de organização interna maior do que tem sido feito nos últimos anos.

Fipir - A chefe da SEPPIR destacou também o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, o Fipir, que com o Sinapir muda o seu caráter passando a ser o espaço de pactuação da política. “Passaremos também a estabelecer determinados compromissos e o que serão os focos principais da nossa política para que, ao final de um determinado período, possamos analisar o impacto sobre a população negra. E na medida em que fizermos esses pactos ficará evidente o que deve ser cobrado como resultado do nosso trabalho, reforçando o controle social das políticas”, completou Bairros.

Estados - Amapá, Bahia, Roraima, Goiás, Maranhão, Sergipe, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo participaram da videoconferência. Em Brasília, a atividade contou com a participação dos secretários Viridiano Brito (Igualdade Racial do Distrito Federal), Gláucia Reis (Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial de Goiás), Ana Rita Castro (Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial de Goiânia), Leila Regina (Direitos Humanos e Igualdade Racial de São João do Meriti-RJ), e do subsecretário de Promoção Social do mesmo município, Diestefano Sant'anna.

O Sinapir

O Sinapir foi instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), como forma de organização e articulação para a implementação de políticas e serviços destinados à superação de desigualdades étnicas no país. Trata-se de um sistema integrado que visa a descentralizar e tornar efetivas as políticas públicas para o enfrentamento do racismo e para a promoção da igualdade racial.

Regulamentado pelo Decreto Nº 8.136/2013, o Sinapir foi instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), como forma de organização e articulação para a implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país. Ainda conforme o Estatuto, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do Sinapir mediante adesão. Ao poder público federal, cabe incentivar a sociedade civil e a iniciativa privada a participar do Sistema.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



BA: pessoas são coagidas a fazer cadastro na Funai

SÍTIO BAND.COM.BR, 26.02.2014

Moradores eram recrutados para se inscreverem como se fossem índios para engrossar invasões de terra no sul da Bahia

Centenas de moradores são coagidos a fazer cadastro na Funai (Fundação Nacional de Índios) como se fossem índios para engrossar invasões de terra no sul da Bahia. A região vive um conflito permanente por causa da expulsão de agricultores dessas propriedades. O Jornal da Band revelou, com exclusividade, como funciona a fraude que criou uma tribo de falsos indígenas.

Apesar de a constituição proibir a ampliação de áreas indígenas desde 1988, a Funai faz vista grossa e há quatro anos demarcou uma área de quase 50 mil hectares que abrange três municípios.

A área pretendida pela Funai fica numa região conhecida como Costa do Cacau e do Dendê. São terras ocupadas tradicionalmente há séculos por mestiços, descendentes de índios, brancos e negros que povoaram o Brasil desde os tempos do descobrimento.

Enquanto o Ministério da Justiça não dá a palavra final, mais de 100 propriedades já foram invadidas por grupos armados liderados por caciques que se dizem índios Tupinambá. Mesmo quem tem mandados de reintegração de posse é obrigado a aguardar o efetivo da polícia que é escasso na região.

Os conflitos aumentaram desde que uma base da Polícia Federal foi atacada no início do ano. Os índios são apontados como autores dos disparos. No início do mês, um agricultor foi morto a tiros e teve a orelha cortada. Quatro suspeitos são procurados, mas até agora ninguém foi preso.

Para aumentar o exército de invasores, os caciques fora da lei forjam cadastros de não índios. E em bairros da periferia de Ilhéus a lista já passa de oito mil.

Depois que o escândalo dos registros falsos veio à tona, mais de 300 pessoas procuraram voluntariamente a Funai para se descadastrar. Procurada, a Funai disse que não tutela índios e que não vai comentar a denúncia. O juiz e a procuradora responsáveis pela investigação e pelo julgamento do assassinato do líder dos produtores de cacau reclamam da ausência do estado na região.



Má gestão causa problemas na saúde indígena, diz Teixeira

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA MS, 26.02.2014

Na manhã desta quarta-feira (26/2), o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) ocupou a tribuna para falar sobre a situação da saúde indígena em Dourados e região. Para ele, as deficiências da saúde apontadas por indígenas não condizem com as cifras liberadas pelo governo federal para solucionar o problema.

Em posse de documentos adquiridos no Portal da Transparência, do governo federal, ele disse que a Missão Evangélica Caiuá, que faz a gestão da saúde na Grande Dourados, já recebeu do Ministério da Saúde mais de R\$ 105 milhões dos R\$ 421.862.639,36, que devem ser destinados ao setor em 2014.

“Ontem, a promessa de fechamento da rodovia MS-156 para protestar por melhorias na saúde indígena, feita por índios de Dourados, foi cumprida. Mas, como a saúde está tão ruim se cada indígena conta com cerca de R\$ 30 mil do Ministério da Saúde?” questionou, afirmando que um requerimento com o pedido de justificativas será encaminhado ao Ministério da Saúde.

“Queremos saber quanto foi destinado à saúde indígena de todo o Estado em 2013, onde a verba foi aplicada, enfim, temos que apurar o que está sendo feito com o dinheiro destinado à saúde dos índios para saber se o que existe é má gestão”, emendou.

Comissão da Verdade - Durante pronunciamento na tribuna, Zé Teixeira aproveitou para questionar a lisura da CNV (Comissão Nacional da Verdade) durante oitiva realizada em Dourados no último dia 21.

“Lá, a comissão só ouviu indígenas que contaram histórias que ouviram de outros índios. Entretanto, nenhum produtor rural, principalmente aqueles com propriedades invadidas, foi ouvido”, apontou o democrata, questionando a confiabilidade do relatório que está prestes a ser publicado pela CNV.

Ainda conforme Teixeira, os próprios indígenas declaram que os responsáveis por infringir os direitos humanos e promoverem tortura a índios são membros do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), criado pelo governo militar e que se tornaria a Funai (Fundação Nacional do Índio).

“Sendo assim, não há como relacionar os produtores rurais da região às torturas praticadas contra indígenas”, defendeu o parlamentar.

A CNV foi criada pela lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações dos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.



Joaquim Barbosa revoga o direito de propriedade em disputa com entre produtores rurais e Funai

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.02.2014

A pedido do Procurador Geral da República, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, suspendeu todas as ordens judiciais de reintegração de posse de áreas invadidas pela milícia de índios Tupinambarana, no sul da Bahia. No total, são sete propriedades rurais invadidas por milicianos indígenas que poderão permanecer invadidas, entre elas a do Cacique Babau. De acordo com o Ministro Barbosa, a decisão visa evitar a "movimentação involuntária" dos indigenóides.

Para Barbosa, ao conceder as ordem de reintegração de posse, os juízes da Bahia não consideraram os efeitos diretos e indiretos sobre a população envolvida nas remoções. "A retomada da posse pode ser vista como fator de exacerbação da disputa, em especial quando o cumprimento da ordem judicial é acompanhado por força policial, eventualmente desnecessária", diz Barbosa em trecho da decisão.

Cacique Cleildo

Em janeiro, depois de cumprir uma das ordens de reintegração de posse em uma propriedade localizada na Serra do Padeiro, em Buerarema, a Polícia Federal e a Força Nacional trocaram tiros com a milícia indígena e foram obrigadas a recuar por ordem de Brasília. No início de fevereiro o agricultor Juraci José dos Santos Santana, um assentado da reforma agrária, foi assassinado na frente da mulher e da filha. O assentamento foi demarcado pela Funai como Terra Indígena e Juraci vinha sofrendo ameaças da milícia Tupinambá para se declarar índio e parar de atrapalhar o processo de demarcação. A suspeita é que o assassinato tenha sido cometido pelo miliciano conhecido como Cacique Cleildo.

Na decisão, Barbosa reconhece que os juízes baianos concederam as ordens de reintegração de posse com o objetivo de frear a ação da milícia indígena que aparentava sair do controle. "É possível verificar que todas as decisões que indeferiram a suspensão possuem uma linha comum de argumentação, consistente na demonstração do agravamento do conflito fundiário", escreveu Barbosa.

Apesar disso, o presidente do STF afirma que o cumprimento das reintegrações contribui para o aumento da tensão, tendo em vista que os índios resistem às remoções determinadas pela justiça. Dessa forma, Barbosa determinou a suspensão das reintegrações de posse deferidas nas ações até o trânsito em julgado das decisões de mérito a serem proferidas naqueles processos.

A decisão de Barbosa é monocrática, ou seja, foi apreciada apenas por ele que é egresso do Ministério Público Federal, assim como Rodrigo Janot, que fez o pedido de suspensão. A matéria ainda pode ser apreciada pelo plenário do STF, mas equivale à revogação da direito de propriedade nos casos de disputas de terras entre gente sem etnia definida e gente com etnia definida.



PMA da Capital retoma Educação Ambiental e atende 2.100 estudantes indígenas e 3.374 alunos em Miranda

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 26.02.2014

CAMPO GRANDE - A PMA tem desenvolvido diversas operações repressivas, com diversas autuações, mas o trabalho principal realizado e prioritário nas ações da Unidade Ambiental é o de Educação Ambiental, pois a prevenção, por meio da Educação evita que as degradações ocorram. Quando há a autuação, os danos ambientais já foram causados e, muitas vezes, são irreversíveis. Neste trabalho educativo são atendidos em média 20 mil alunos por ano na Capital e no Interior, só pelo Núcleo de Educação Ambiental de Campo Grande.

Durante esta e a semana passada, o Núcleo de Educação Ambiental da Capital (sede) está realizando os trabalhos na cidade de Miranda. Hoje, com o encerramento dos trabalhos serão atendidos 5.474 alunos. Na primeira semana foram atendidos 2.654 alunos das escolas municipais, 120 das escolas privadas e mais 600 alunos das escolas estaduais, das quais estão sendo concluídos os atendimentos até às 17h00 de hoje.

Na segunda e terça-feira desta semana, os trabalhos foram desenvolvidos nas escolas indígenas das aldeias, onde foram atendidos 2.100 alunos, inclusive, com muita interação, entre os policiais, professores, alunos e demais indígenas, pois vários moradores não estudantes também participaram das atividades.

As palestras foram realizadas no ginásio de esportes de Miranda, com deslocamentos dos alunos que participam de Oficinas com vários temas ambientais, além do teatro de fantoches. Nas aldeias, todas as oficinas foram montadas nas escolas: São as seguintes oficinas:

1. Reciclagem de papel, com palestra sobre os problemas relacionados aos resíduos sólidos.
2. Visitação ao museu de animais e peixes taxidermizados (empalhados), com palestra sobre fauna, pesca, atropelamentos de animais silvestres.
3. Ciclo da Água, com palestras sobre o uso sustentável, poluição e escassez dos recursos hídricos (Ponta Porá).
4. Casa da Energia. Trata-se de uma maquete de uma residência com todos os locais de consumo de energia (lâmpadas, chuveiros, ar condicionado, geladeira, microondas etc...). Com esta oficina é realizada a discussão e informação sobre os tipos de energia e a importância ambiental de se economizar este recurso.
5. Apresentação do teatro de fantoches, com peças sobre as questões ambientais, como: desmatamentos, incêndios florestais e resíduos sólidos.

Ao final de cada oficina são distribuídos folhetos educativos, fornecidos pela EDP – Energias do



Brasil, relacionados a cada Tema.

Na oficina de animais e peixes empalhados são utilizados animais confeccionados em cursos de taxidermia (empalhar) confeccionados por Policiais Militares Ambientais, com este propósito. As carcaças são advindas de animais recolhidos por atropelamentos, ou mortos no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS.

A importância de se trabalhar a Educação Ambiental com o modelo de oficinas é que se consegue ter mais atenção das crianças e adolescentes para os temas debatidos. Eles aprendem na prática, vivenciando os problemas por meio dos materiais expostos. Como ambiente é um complexo, ao final das oficinas e das explicações, os alunos conseguem entender melhor esta interligação entre os entes ambientais e a importância da conservação ambiental na qualidade de vida da população humana.

Este ano, a PMA espera superar a média anual de alunos atendidos, que tem sido de 20 mil. Será atendida uma cidade do interior por mês, no mínimo. Em março (17 a 22), durante a Semana da Água, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAM) estará em Aquidauana e Anastácio, inclusive, com planejamento de realizar no dia 22 (Dia Internacional da Água) a limpeza do rio Aquidauana com a comunidade dos dois municípios. Nas semanas subsequentes, o Núcleo continuará em trabalhos de Educação Ambiental nas duas cidades, até atender a todos os alunos.

A PMA considerada extremamente proveitoso o trabalho Educacional, haja vista, toda a movimentação da população em defesa das questões ambientais. O Comando acredita que, só por meio da Educação Ambiental, com crianças e adolescentes, as infrações e crimes ambientais diminuirão e, as decisões deles, que no futuro estarão no Comando das ações no País, com certeza, serão mais planejadas do que estão sendo agora.

Assessoria de Comunicação – Polícia Militar Ambiental-MS
(Contato – MAJOR Queiroz) tel. – 3357-1500 – cel. 9987-8938

Por: Major Queiróz



Justiça revê decisão e declara a ribeirinhos posse de Porto Esperança

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 26.02.2014

Após diligência, a Justiça Federal revogou decisão liminar e declarou o Porto Esperança dos ribeirinhos. Na decisão inédita, o judiciário reconheceu a titularidade pública dos terrenos marginais e a posse consolidada da comunidade e mandou a empresa ABBS Agropecuária retirar em 20 dias as cercas irregularmente instaladas.

Sem as divisórias, os ribeirinhos voltam a ter acesso às áreas de uso coletivo e à estrada que liga a comunidade à BR 262. Caso a ABBS descumpra a ordem judicial, remoção forçada deve ser realizada às custas da empresa, com auxílio de força policial, se necessário. A decisão acolheu integralmente os pedidos realizados pelo MPF (Ministério Público Federal) em ação cautelar, ajuizada em dezembro de 2013.

O clima de tensão na Comunidade Porto Esperança, em Corumbá, iniciou no final de 2013, com a instalação da ABBS Agropecuária no local. A empresa adquiriu a posse da Fazenda Triângulo e passou a delimitar todo o espaço da comunidade com a afixação de cercas, vigiadas por seguranças armados.

Os moradores tiveram sua terra tradicional limitada à área de suas residências e as plantações, campo de futebol e áreas de convivência foram bloqueadas pela empresa.

Os ribeirinhos, em sua maioria idosos, foram obrigados a passar por debaixo das cercas para transitar no local que sempre viveram. Eles relataram, ainda, casos de violência física e psicológica, especialmente com o intuito de intimidá-los a não denunciar a situação ao MPF.

“Além dos transtornos objetivos decorrentes da restrição de acesso às áreas comuns, as cercas têm um efeito simbólico de indicar aos moradores da região que aquela área não lhes pertence”, destaca a decisão judicial, que elenca fortes indícios da ocupação tradicional da terra - como a existência de antigo cemitério na região e o desenvolvimento de obras e serviços relevantes - o que torna a comunidade possuidora direta da área, não da ABBS.



Governo federal garante apoio a desabrigados em Rondônia

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 27.02.2014

Governo federal garante à bancada que apoio emergencial a desabrigados está sendo dado em Rondônia

Durante reunião ontem (26) a pedido da bancada federal de Rondônia, o ministro da Integração Nacional Francisco Teixeira garantiu que todo o apoio estratégico está sendo fornecido ao Estado para as operações de resgate das populações isoladas e afetadas pelas cheias do rio Madeira.

O ministro relatou as duas visitas feitas a Rondônia, a última delas na terça-feira, 25, quando o deputado Padre Ton (PT-RO) também compareceu à Base Aérea para uma reunião com o governador Confúcio Moura (PMDB) e outros parlamentares federais.

O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, general Adriano Pereira Junior, fez um relato detalhado das ações desenvolvidas até o momento, e dos novos pedidos feitos pelo governo estadual, que estão sendo atendidos. Ele explicou que a atual fase de socorro e proteção aos desabrigados é emergencial, e que a Defesa Civil do governo federal poderá atuar na reconstituição de infraestrutura, como pontes, para restabelecer a comunicação na região afetada, fase posterior ao atual momento de ação conjunta dos organismos de defesa.

Duas aeronaves, com kits para abrigar cem pessoas cada um, quinhentas barracas e a atuação do Grupo de Apoio a Desastres (GADE) foram alguns dos novos pedidos feitos pelo governo estadual.

Sobre a forma como os recursos financeiros chegam ao Estado, para que as ações emergenciais sejam desenvolvidas, o secretário Adriano Pereira disse ao deputado Padre Ton que foi disponibilizado um cartão ao executivo estadual, que repassa aos municípios afetados o que for necessário. "Compete ainda ao Estado traçar um plano, porque tem melhor estrutura para isso, o que já foi feito", relatou.

O Ministério da Integração Nacional liberou na última terça-feira, 25, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União R\$ 564,8 mil para Rondônia. O recurso está sendo utilizado para socorro às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em decorrência das chuvas que influenciaram a alta do nível do rio Madeira. O auxílio federal contempla cestas básicas, medicamentos, barracas, além de apoio técnico da Defesa Civil Nacional.

O Estado já recebeu, por meio de ação interministerial, mais de duas mil cestas básicas, para alimentação das famílias afetadas, e 10 mil kits de medicamentos, para atender os moradores com risco de saúde. O Ministério da Integração Nacional também enviou dois mil dormitórios, dois mil kits de limpeza e dois mil kits de higiene pessoal.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

“O governo federal também colocou à disposição pessoal da Força Nacional de Segurança Pública e da Marinha, embarcações e helicópteros para assistir aos ribeirinhos e outros moradores vítimas da cheia do rio”, diz Padre Ton.

Além de Padre Ton, estiveram na audiência os deputados Marcos Rogério (PDT), Nilton Capixaba (PTB) e Marinha Raupp (PMDB) e senador Ivo Cassol (PP). Os parlamentares federais fazem um sobrevoo hoje (27) às regiões afetadas.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Tetila esclarece sobre recursos destinados à saúde indígena

SÍTIO PROMAD, 27.02.2014

Por: Heloíse Gimenes Foto: Giuliano Lopes `$(function() { $('#Noticia a').lightBox(); });` De acordo com Tetila, Ministério da Saúde recebe aporte da União e distribui para 8 estados. A respeito da informação divulgada pelo Portal da Transparência, do governo Federal, sobre o repasse do Ministério da Saúde para a Missão Evangélica Caiuá, o deputado estadual Laerte Tetila (PT) explicou que o aporte de recursos é distribuído para oito estados e não somente a Mato Grosso do Sul.

“Neste ano, o Ministério da Saúde destinará mais de R\$ 421 milhões para a saúde indígena. Este recurso vai para Dourados, porque a Missão Evangélica Caiuá possui muita credibilidade. A entidade recebe o aporte financeiro do governo federal e faz a distribuição para oito estados que têm comunidades indígenas”, esclareceu.

A polêmica teve início ontem, quando o deputado Zé Teixeira (DEM) usou a tribuna para questionar o que está sendo feito com os recursos e apontar as deficiências no setor. Os problemas na saúde levaram os indígenas a fechar a rodovia MS-156, nesta semana, como forma de protesto.

Permitida a reprodução, desde que contenha a assinatura "Portal ALMS".
Crédito obrigatório para as fotografias, no formato "Nome do fotógrafo/ALMS".

Fonte: AL Mato Grosso do Sul - <http://www.al.ms.gov.br/>



Revista NORDESTE traz um retrato dos índios brasileiros na atualidade

SÍTIO REVISTA NORDESTE, 27.02.2014

A edição 87 da Revista NORDESTE traz um retrato da situação dos povos indígenas atuais, que são uma pequena parcela da população, mas lutam para manter suas tradições e costumes vivos, ao mesmo tempo em que buscam assegurar seus direitos

Ao longo de um estreito caminho de terra, se estendem 32 aldeias que compõem a terra dos índios Potiguara, em Baía da Traição, a 79 km da capital paraibana João Pessoa. No lugar de ocas, casas de alvenaria. Carros em algumas garagens reluzem com o forte sol de verão durante a viagem. De vez em quando, um posto de saúde que atende às necessidades mais urgentes dos moradores da região. O principal meio de subsistência é a pesca, a comercialização de frutas e o artesanato potiguara.

Esta é possivelmente a realidade de muitos povos indígenas hoje em dia. Pelo Brasil, é estimado o número de 800 mil pessoas com etnia indígena, cerca de 0,4%. Depois de mais de 500 anos após a colonização europeia no país, manter suas tradições sem esquecer que estão inseridos na contemporaneidade é uma de suas preocupações.

“A gente tem que se apresentar como índio, pois, se a gente jogar nossa cultura e nossa religião fora, não seremos índios completos”, conta o pajé Chico Fogo, da aldeia São Francisco do povo Potiguara. O cacique-geral das aldeias potiguares, Sandro Gomes, é uma espécie de ‘chefe de Estado’, fazendo analogia com nossa organização política. Ele afirma que existe um estímulo constante para que certos aspectos de sua cultura permaneçam, apesar de encontrarem resistência. “Não é só o branco que tem o preconceito com nossa cultura. Nossos próprios filhos e netos às vezes sentem vergonha de usar uma saia, um cocar ou tocar maraca, acham que serão ridicularizados”, lamenta.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Índios invadem Unidade de Conservação e Funai pede que saiam. Índios invadem propriedade rural e STF manda que fiquem.

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.02.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) negocia a saída pacífica de índios Pataxó que ocupam uma base avançada do ICMBio dentro do Parque Nacional do Descobrimento, extremo sul da Bahia. Cerca de 30 integrantes da tribo Pataxó estão no local desde sábado (22) com o objetivo de pressionar o governo federal sobre o processo de demarcação das terras. Já as propriedades rurais invadidas pela milícia de indígenas afrodescendentes tupinambarana continuam invadidas sem que o Ministro da Justiça dê cumprimento às ordens judiciais de reintegração de posse.



Eficaz e eficiente: Lobby dos índios é mais inteligente do que o lobby Agro

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.02.2014

Um grupo de aproximadamente 30 índios das etnias Guarani e Terena percorrem nesta manhã de quarta-feira, 26, os gabinetes dos líderes parlamentares na Câmara dos Deputados em Brasília para pressioná-los a não apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que trata da demarcação de terras indígenas no País. "Queremos que os deputados votem contra a PEC que tira todos os nossos direitos", afirmou Inezita Terena, uma das líderes do grupo.

A PEC está sendo analisada atualmente por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Além de lutar contra a proposta, os índios pedem também apoio dos parlamentares ao requerimento contra o deputado da bancada ruralista Luis Carlos Heinze (PP-RS), que associou os indígenas "a tudo que não presta".

Um requerimento apresentado pela Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhado à Corregedoria da Câmara, denuncia o deputado por quebra de decoro parlamentar.

PEC 215

O grupo de indígenas se dirigiu à primeira reunião deliberativa da comissão especial que analisará a PEC 215/00. Logo na chegada foram impedidos de entrar. Depois, cinco representantes do grupo foram autorizados a permanecer na comissão, mas decidiram se retirar como forma de protesto.

O presidente da comissão especial, deputado Afonso Florence (PT-BA), afirmou que a medida foi tomada para que o excesso de pessoas não prejudicasse o andamento dos trabalhos. "Não houve nenhum cerceamento no ingresso de cinco porque o plenário já estava cheio. Nós estávamos com uma condução difícil, muitas divergências."

Os integrantes da comissão aprovaram requerimentos para a realização de reuniões em 11 cidades entre elas, Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e Boa Vista, em Roraima.

Sob pressão dos índios, deputados do PT, PSOL e PV fizeram de tudo para obstruir o trabalho da comissão.

Petrobras faz pesquisa no entorno de terras indígenas do Amazonas sem consultar Funai

SÍTIO AMAZÔNIA.ORG.BR, 27.02.2014

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é signatário, garante aos povos indígenas a consulta sobre decisões e empreendimentos que causem impactos sociais e ambientais em seus territórios



Foto: Oiara Bonilla/ISA

A Petrobras iniciou há pouco mais de uma semana atividades de prospecção de gás e petróleo entre os rios Tapauá e Cuniuá, afluentes do rio Purus, município de Tapauá (a 448 quilômetros de Manaus), no sul do Amazonas. A região da pesquisa está no entorno de sete terras indígenas, sendo que em duas vivem índios isolados e semi-isolados.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é signatário, garante aos povos indígenas a consulta sobre decisões e empreendimentos que causem impactos sociais e ambientais em seus territórios.

A Coordenação Regional do Médio Purus da Fundação Nacional do Índio (Funai), cuja sede fica

CONT.



no município de Lábrea (a 703 quilômetros de Manaus), vizinho de Tapauá, diz que não foi consultada nem comunicada pela Petrobras antes da empresa iniciar a prospecção. O mesmo se aplica aos índios.

O Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), órgão do governo do Amazonas, confirmou ao portal Amazônia Real que concedeu licença de instalação à Petrobras para realização de prospecção de gás ou petróleo até julho de 2014.

No início da semana passada, a chegada de mais de 15 balsas de prospecção chamou atenção de ribeirinhos e causou surpresa ao coordenador regional do Médio Purus da Funai, Armando Soares. A Coordenação administra 27 terras indígenas de seis municípios: Itamarati, Lábrea, Pauini, Canutama, Tapauá e Beruri.

Ao tomar conhecimento, Armando Soares comunicou o caso à presidência do órgão, em Brasília. Na última sexta-feira (21), ele disse que recebeu ligações de dois funcionários da Petrobras. Segundo o coordenador, os funcionários confirmaram a realização da prospecção e disseram que a atividade tem licenciamento do Ipaam.

Soares, no entanto, questiona a prospecção de gás e petróleo em uma região com forte presença indígena, mesmo que a atividade não seja localizada dentro das reservas. Ele aponta a ameaça de riscos ambientais e sociais aos indígenas.

“Estão fazendo um trabalho de perfuração para sondar existência de petróleo perto de terra indígena sem consultar a Funai e os índios. A Petrobras comunicou apenas a prefeitura de Tapauá. A gente precisa saber o vulto do empreendimento. Os funcionários da Petrobras que me ligaram disseram que a atividade está fora de terra indígena, mas isso não tem diferença. Eles estão fazendo esse trabalho na área de influência das reservas e no mesmo rio que passa nas terras dos índios. É do rio que os índios tiram sua sobrevivência”, disse Soares ao Amazônia Real.

Impactos nos rios

Na área dos rios Tapauá e Cuniuá estão localizadas as Terras Indígenas dos Paumari do Manissuã, dos Paumari do Lago Paricá e dos Paumari do Cuniuá. São os paumari os indígenas diretamente afetados pela atividade, segundo Soares. Há também reservas dos índios banawa, deni, suruwahá e hi-merimã. Os dois últimos são considerados semi-isolados e isolados. Nas reservas da área de influência da prospecção vivem mais de 2 mil indígenas, segundo Soares.

“Essas balsas vieram de Manaus e entraram no Purus. Passaram por duas terras indígenas e subiram o rio Tapauá, onde não tem aldeias. Mesmo fora das reservas, tudo que acontecer ali, vai impactar as terras indígenas. Vai passar um monte de gente na área, trabalhadores, e qual será o controle?”, relata Soares.

Após receber as ligações dos funcionários da Petrobras, Armando Soares disse que comunicou a situação ao setor de licenciamento da Funai, em Brasília. No comunicado enviado à Funai, Armando afirmou que sugeriu que o órgão indigenista solicitasse o estudo que autorizou a

CONT.



realização da prospecção. Ele também sugeriu que os índios sejam não apenas comunicados, mas consultados sobre a atividade. Ainda não há informações sobre o encaminhamento dado pelo setor de licenciamento da Funai.

Desde a tarde do último dia 21, quando soube da presença de balsas na área do Purus e fez a primeira entrevista com Armando Soares, o Amazônia Real vem entrando em contato por email e por telefone repetidas vezes com a Funai, em Brasília, para saber as providências tomadas sobre a atividade da Petrobras, mas até a publicação desta matéria a assessoria de imprensa do órgão não havia respondido as questões enviadas.

O Amazônia Real também entrou em contato com a Petrobras no dia 21 e reiterou nos dias seguintes o pedido de informações sobre o posicionamento da empresa, mas esta não se manifestou até o momento. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) também foi procurada, mas a assessoria orientou o portal a procurar a Petrobras.

O Ipaam foi o único que se manifestou até agora. Por meio de nota, a assessoria do órgão disse que a Petrobras "tem licença de instalação expedida pelo Ipaam para acesso ao local e realização de prospecção de gás ou petróleo com validade até julho de 2014". Segundo o Ipaam, o licenciamento para exploração não exige Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)

Na nota, o Ipaam diz que "a área relativa à prospecção não está em terras indígenas e nem em área de Unidades de Conservação" e diz que "até mesmo porque a Agência Nacional de Petróleo não faz concessões de blocos de exploração nesses dois casos".

O superintendente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) no Amazonas, Mário Reis, também foi procurado, mas este disse à reportagem que não existe licença ou pedido por parte da Petrobras no âmbito do órgão federal para a área.

Manejo comprometido

A antropóloga Oiara Bonilla, que desenvolve trabalho de pesquisa junto aos paumari há vários anos, mostrou-se preocupada com a atividade de prospecção de petróleo na área próxima da terra indígena.

Ela conta que os paumari, que tradicionalmente habitam praias e lagos, vivem essencialmente da pesca e dos recursos aquáticos. Historicamente, diz Oiara, os paumari foram explorados pelos chamados "patrões da borracha" e, mais recentemente, pelos comerciantes e "peixeiros" da região.

"No rio Tapauá, os paumari vêm desenvolvendo um projeto de manejo sustentável do pirarucu, experiência que está em fase de consolidação e poderia ficar comprometida por um empreendimento desse porte", informou a antropóloga.

Os paumari falam uma língua denominada por eles de Pamoari, que pertence à família Arawá

CONT.



da Amazônia Ocidental. Segundo informações no site do Instituto Socioambiental (ISA), até agora não foram descobertas línguas próximas da família Arawá. Levantamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de 2010 aponta que a população de paumari naquela data era de 1.559 pessoas.

Repercussão

A notícia sobre entrada de balsas de prospecção em uma área aonde há terras indígenas chegou na internet e nas redes sociais na última sexta-feira (21) por meio de Miguel Aparício, antropólogo que atua junto aos indígenas daquela região. Ele elaborou um texto e divulgou em um grupo chamado Coletivo Purus, do Facebook. O texto foi compartilhado por várias pessoas, mas até aquele momento nada se sabia sobre a natureza da atividade.

“A notícia da entrada de 15 balsas com equipamentos de prospecção mineral na bacia dos rios Tapauá e Cuniuá chegou com contornos confusos, uma vez que até o momento nenhum órgão público local ou regional confirmou as informações com dados consistentes. Até a presente data, representantes indígenas e da sociedade civil buscam informações mais precisas a respeito da intensa movimentação no rio Tapauá nos últimos dias”, relatou Miguel, em seu texto.

A informação chegou até a deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP), que se manifestou sobre o assunto na última segunda-feira (24), em plenária, embora sem informações sólidas sobre o assunto.

“Cabe a intervenção urgente para combater os crimes, preservar o meio ambiente e a vida naquela região”, disse a deputada, em plenário, dirigindo-se ao Ministério das Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Justiça, à Secretaria dos Direitos Humanos e ao Ministério Público Federal.

Procurada pelo Amazônia Real, a deputada declarou, por meio de sua assessoria, que as populações tradicionais, os ribeirinhos, os moradores das comunidades têm o direito legal de saberem que atividades se desenvolvem onde moram, nos rios onde pescam, na floresta de onde tiram a subsistência.

“A consulta a essas comunidades, com o direito de veto que lhe é garantido, não pode ser ignorada ou deixada para depois. Também é dever que sejamos informados, o parlamento, os representantes eleitos. O Estado brasileiro tem a obrigação de proteger sua população e seu patrimônio. Mas é falho, especialmente no Sul do Amazonas. Isso precisa ser urgentemente corrigido. O suposto desenvolvimento não pode ser para apenas alguns, que atropelam os que têm menos representação política e econômica”, declarou Janete Capiberibe, que se destaca por sua atuação na Câmara por defender os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais.

O assunto voltou a ser mencionado nesta terça-feira (25) no Congresso Nacional, quando o senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu ao governo federal que apure a denúncia “de que cerca de 15 balsas com equipamentos de prospecção mineral e geradores de energia teriam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

sido vistas na bacia do rio Tapauá e Cuniuá, afluentes do rio Purus, no sul do Amazonas”.

Matéria publicada no site da Agência Senado informa que o senador quer que a denúncia seja apurada pelos ministérios de Minas e Energia, da Justiça e do Meio Ambiente. O senador disse que pretende que a denúncia seja investigada pela Secretaria dos Direitos Humanos e pelo Ministério Público Federal, uma vez que essas balsas estariam perto de sete terras indígenas.

Por: Elaíze Farias

Fonte: Amazônia Real/ Agência Brasil de Fato



Ministério Público mantém restrição de financiamento para produtores que estão em área indígena

SÍTIO CIMI, 27.02.2014

Por maioria, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) arquivou o Procedimento de Controle Administrativo n. 13/2012-21, que pedia a suspensão de recomendação expedida pela Procuradoria da República em Dourados (MS) para que bancos aplicassem as regras restritivas, constantes das convenções internacionais das quais as instituições financeiras são signatárias, quanto à concessão de financiamentos a produtores rurais ocupantes de áreas indígenas ou sob litígio. O Plenário seguiu voto-vista do conselheiro Luiz Moreira, que considerou que eventuais faltas dos procuradores da República que assinaram o documento estariam prescritas.

O PCA foi requerido pela Federação de Agricultura no Estado do Mato Grosso do Sul (Famasul) e questionava a Recomendação n. 09/10. No documento, procuradores recomendaram ao BNDES, ao Banco do Brasil e a agentes financeiros (que operam recursos do BNDES) a observâncias dos pactos internacionais, o que implicaria no não financiamento de atividades de produtores rurais ocupantes de terras indígenas ou sob litígio no Mato Grosso do Sul.

O julgamento do PCA começou em 2013, quando o então relator, conselheiro Fabiano Silveira, defendeu que não era possível anular a recomendação, por tratar-se de atividade fim do Ministério Público, não sujeita a controle pelo CNMP. No entanto, ele votou pela abertura de processo administrativo disciplinar contra os procuradores signatários do documento, para apurar eventual excesso na emissão da recomendação.

Segundo o relator do voto vista, conselheiro Luiz Moreira, a atuação dos procuradores no caso foi regular e eles agiram de acordo com o previsto na Constituição. Ainda assim, mesmo que houvesse falta disciplinar, ela estaria prescrita. A recomendação foi expedida em 28 de outubro de 2010. Segundo a Lei Complementar n. 75/93, as faltas puníveis com censura prescrevem em um ano a contar do fato, enquanto as condutas puníveis com suspensão prescrevem em dois anos. Como a recomendação é de outubro de 2010, mesmo que houvesse falta punível com a pena de suspensão, ela estaria prescrita desde outubro de 2012. Foi destacado ainda que, mesmo em sendo consideradas as datas de expedição de ofícios no ano de 2011, buscando esclarecer item da recomendação, estaria o ato fulminado pela prescrição em 2013.

O relator afirmou ainda que, por sua atuação na questão indígena, os procuradores do MPF/MS deveriam "receber uma congratulação do CNMP e não serem representados para abertura de Procedimento Administrativo".

O processo foi arquivado.

Com informações da Assessoria de Comunicação do CNMP.

Senado aprova proteção a escolas rurais e indígenas

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 27.02.2014

Fechamento de escolas no campo, em áreas indígenas ou quilombolas não poderá ser decisão apenas dos gestores do sistema de ensino: conselhos de educação farão diagnóstico de impacto



Escola rural em Paranã (TO): das 48 escolas do município, 42 ficam longe da cidade e podem ser protegidas pelo projeto Foto: Senar Randon

Segue para sanção projeto (PLC 98/2013) que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas.

A proposta, de autoria da Presidência da República, determina consulta ao órgão normativo do sistema de ensino, como os conselhos municipais ou estaduais de educação. Nos últimos cinco anos foram fechadas 13 mil escolas na zona rural, o que gerou transtorno às populações, segundo o Ministério da Educação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta veio em muito boa hora e informou que esse tipo de escola atende atualmente 151 mil alunos. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a proposta é de grande importância para milhares de crianças e jovens.

Durante o exame na Comissão de Educação (CE), na terça-feira, a relatora, Ana Rita (PT-ES), enfatizou a necessidade de assegurar a oferta contínua de educação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

— Pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos, que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino — disse.

A senadora afirmou que é preciso tentar solucionar os problemas antes de decidir pelo fechamento da escola.

— Os conselhos têm a participação de gestores das escolas e de toda a sociedade. Então o fechamento de uma escola tem que ser a última alternativa. Os conselhos vão analisar a situação e fazer um diagnóstico de impacto.



Estudo revela que estratégia de preservação de terras indígenas é falha

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 27.02.2014

São Paulo - A estratégia de reduzir o tamanho de unidades de conservação e de terras indígenas - a fim de resolver problemas fundiários e abrir espaço para obras de infraestrutura - já está facilitando o desmatamento dessas áreas. Essa é a conclusão de um estudo conduzido pelo instituto Imazon, com sede em Belém, que mediu o impacto sobre dez dessas áreas protegidas e observou um aumento de 50% nos desmates.

Pelos cálculos da organização, já descontadas compensações em outras unidades, de 1995 até o ano passado o governo federal e os governos estaduais de Rondônia, Mato Grosso e Pará retiraram a proteção de 2,5 milhões de hectares em 40 áreas protegidas (conceito genérico que reúne unidades de conservação e terras indígenas) na Amazônia Legal.

Nas dez unidades estudadas, eles viram o aumento da perda de floresta após a mudança ao comparar com a taxa dos cinco anos antes da redução da área. No período anterior, havia uma taxa média anual de 2% de desmatamento nessas áreas. Depois, saltou para 3%.

Na comparação com as regiões que continuaram protegidas, o cenário é ainda mais complicado. Depois da desafetação, a taxa média de desmatamento nas áreas alteradas foi 1.116% maior do que nas áreas que continuaram protegidas.

O trabalho analisou sete unidades de conservação estaduais: Parque Estadual Xingu, Estação Ecológica (Esec) Rio Ronuro e Parque Estadual Araguaia (MT); Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Rio Madeira, Esec Antônio Mugica Nava, Esec Serra dos Três Irmãos e Reserva Extrativista Jaci-Paraná (RO). E três áreas federais: Floresta Nacional Bom Futuro (RO) e Terras Indígenas Baú e Apyte Rewa (PA).

De acordo com a pesquisadora Elis Araújo, que liderou o trabalho, era esperado que houvesse um aumento do desmatamento, mas não tanto assim. "Por mais que se retire o status de unidade de conservação ou de terra indígena, essas áreas ainda têm de respeitar o Código Florestal, manter Reserva Legal e Área de Preservação Permanente", diz.

"O problema é que muitas daquelas terras não têm titulação, então ocorre uma corrida de especuladores para abrir novas áreas e dizer que é deles. Nossa crítica é que, se o governo vai retirar a proteção de uma área, tem de reforçar ali a fiscalização. No volume total, esses desmatamentos são pequenos, mas vão se somando ao total e podem aumentar a taxa geral, que o governo quer reduzir."

Virgílio Ferraz, coordenador-geral de proteção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão responsável pelas unidades federais, afirmou que algumas reduções, como a da Bom Futuro, foram compensadas com o aumento de outras.

Nessa floresta, diz, o processo de ocupação já estava instalado a ponto de a proteção deixar de fazer sentido.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Ele reconhece, no entanto, que não foram feitas outras ações após a mudança. "É certo dizer que não houve o incremento de outras políticas para ordenar a área." Procuradas, as secretarias de ambiente não enviaram respostas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Governo federal vai manter valor de R\$ 78 milhões por terra indígena em Sidrolândia
SÍTIO REGIÃO NEWS, 27.02.2014

O Ministério da Justiça avalia, ainda, que, neste momento, quem deve apresentar uma contra-proposta são os produtores

A reunião esperada para hoje (27) entre produtores rurais e o assessor especial do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, não deve ser definitiva para a compra das fazendas localizadas na denominada Terra Indígena Buriti, reivindicadas por indígenas de Sidrolândia, conforme reportagem na edição desta quinta-feira do jornal Correio do Estado.

A expectativa do governo federal é que a reunião sirva para esclarecer dúvidas de produtores e entidades representativas sobre os métodos adotados na avaliação das fazendas.

O Ministério da Justiça avalia, ainda, que, neste momento, quem deve apresentar uma contra-proposta são os produtores e não o governo federal e, assim, que a oferta de R\$ 78 milhões continue mantida.

Em janeiro, o governo federal reuniu produtores e indígenas em Brasília (DF) para apresentar o resultado das avaliações feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai) nas fazendas reivindicadas por indígenas que, juntas, somam 15 mil hectares. As avaliações resultaram no valor apresentado pelo Ministério da Justiça para a compra das fazendas: R\$ 78 milhões.



A ativista Medha Patkar, o movimento ambientalista e o novo partido AAP

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

O economista ecológico Joan Martinez Alier, da Universidade Autônoma de Barcelona, analisa mudança no cenário político na Índia com o lançamento da candidatura da ambientalista

Por Joan Martinez-Alier*, no Blog do Felipe Milanez

Um símbolo do ativismo social e ecológico na Índia é Medha Patkar, uma mulher de 60 anos se tornou conhecida pela luta contra represas do rio Normada, movimento chamado Bachao Andolan (o movimento para salvar o rio), como objetivo de impedir o deslocamento de milhares de indígenas ribeirinhos, lutando pelos direitos humanos e, ao mesmo tempo, pela natureza.

Nascida em Mumbai, estudou ciências e fez mestrado em serviço social. Logo abandonou a academia e renunciou a uma vida burguesa para se dedicar a apoiar os milhares de movimentos de base na Índia, viajando incansavelmente, participando ações diretas, coletivas de imprensa, greve de fome. É respeitada e até venerada por ativistas sociais e ambientais em seu país, em razão de sua trajetória de luta e também pela sua idade. Ela ganhou reconhecimento internacional com a participação na Comissão Mundial de Barragens, cujo relatório foi publicado no ano 2000. Recebeu os prêmios Goldman e Right Livelihood. Internamente, na Índia, o seu reconhecimento também não parou de crescer.

Em 2007, durante a luta de agricultores familiares contra a grilagem de terras no Oeste de Bengala (Nandigram e Singur), o líder do partido comunista da Índia, Prakash Karat, que não gosta de ambientalistas, classificou Medha como integrante de grupos monotemáticos de ação, aqueles que são anti-nuclear, anti-transgênicos, e como uma "Narodnik atrasada" e populista. Ele pensou que estes insultos fossem adequados para serem feitos contra uma ativista que se opõe à abertura de novos projetos de mineração, fábricas de automóveis, construção de polos químicos no meio de áreas agrícolas que são densamente habitadas, e usinas nucleares.

Há décadas que a Índia tem sido berço de movimentos sociais de base, de inspiração gandhiana em defesa dos direitos humanos dos excluídos, e também em defesa de um ecologismo dos pobres contra projetos de mineração, hidroelétricas, centrais nucleares e grilagem de terras.

Também tem ocorrido vigorosos protestos contra a corrupção e pelo direito a informação, de onde vem Arvind Keriwal, de 45 anos, que foi presidente do governo regional de Délhi entre janeiro e fevereiro de 2014 (nas eleições regionais), também autor de um livro que se intitula Swaraj, o que significa "democracia e poder local", título que é idêntico ao de um livro de Gandhi.

Kejriwal se demitiu no dia 15 de fevereiro ao não conseguir aprovar uma nova lei contra a

CONT.



corrupção no parlamento regional de Délhi. No entanto, a conjuntura política na Índia é animadora em razão da força crescente deste novo partido político, o AAP, no qual participam pessoas oriundas dos movimentos sociais.

Um dos porta vozes com mais visibilidade do AAP é o cientista político Yogendra Yadav, de 50 anos, coautor de livros com colegas internacionais como Juan Linz e Alfred Stepan, e é quem se dedica agora ao dia a dia da política e propõe que o AAP se nutra dos movimentos sociais ao mesmo tempo em que contribua com eles.

O apoio de Medha Patkar, e a plataforma de movimentos que ela representa para o AAP, é uma peça fundamental nessa estratégia. Ela deu seu apoio com entusiasmo, mas ao mesmo tempo duvidava se iria mesmo sair candidata ao Parlamento.

Muitas questões surgem nesse processo. Assim como há esperanças que vêm da possível ligação entre um partido e os movimentos sociais.

Sabe-se que um partido político pode absorver um movimento social. Seus integrantes passam a se distanciar das bases sociais, começam a lutar entre si por lugares nas listas de candidatos e, eventualmente, disputar espaço nos ministérios, acabando por se profissionalizar na política. O partido pode engolir os movimentos sociais? Será que seus membros vão entrar na mesma disputa por cargos? Os partidos não são oligárquicos por sua própria natureza?

O AAP quer evitar esse caminho. Porém, em algum lugar já foi possível que o partido político se coloque a serviço dos movimentos sociais sem se aproveitar deles, e sem se impor sobre eles? Os fins podem ser os mesmos, mas os meios são muito diferentes. Amartya Sen demonstrou simpatia pelo AAP, e é possível que a políticas sociais e democráticas contra a pobreza, a partir da visão de Sen, junto da linha do "ecologismo dos pobres", de Medha Patkar, possam prevalecer no AAP.

Em abril de 2014 haverá eleições gerais na Índia e o AAP espera conseguir cerca de 10% ou 15% dos votos totais. Seu símbolo é a vassoura. Na Índia, a vassoura simboliza a luta anti-corrupção, mas também faz referência ao ofício das castas mais baixas e discriminadas, os Dalits. Essa referência pode soar estranha no Brasil, já que foi o símbolo utilizado por Jânio Quadros. Mas não há que se confundir os contextos, e na Índia a história pode ser diferente.

O AAP nasceu no final de 2012 a partir de um movimento cívico contra a corrupção. Nas eleições regionais de Délhi em dezembro de 2013, que levaram por algumas semanas o AAP ao governo local, um grupo numeroso de Valmiki (Dalits, os "sem casta") apoiou majoritariamente ao AAP. Mas por outro lado, esse é um partido cujos líderes são ativistas sociais com formação de engenheiros, advogados, e que atrai a classe média urbana por campanhas anti-corrupção.

Em entrevista no final de janeiro de 2014, um jornalista perguntou a Medha Patkar se iria entrar na política. Medha respondeu: "O que você me pergunta é se eu vou deixar o ativismo para a política? De forma alguma, pois os movimentos sociais também são movimentos políticos. A política deveria ser a vontade de melhorar a relação entre governantes e governados, diminuir a distância, ir em direção a uma sociedade igualitária como determina a

CONT.



constituição e as leis. Os movimentos sociais devem continuar, eles já conseguiram muito.”

Mas Medha não pensava que a política de partidos fosse “intocável”. Os atuais partidos eram um desastre, mas o AAP poderia ser diferente. Aguardava-se a sua decisão se entraria no partido e se sairia como candidata. Finalmente, no dia 13 de fevereiro, em Mumbai, Medha Patkar anunciou que será candidata, provavelmente como independente, mas apoiada pelo AAP.

Será que os ambientalistas como Medha Patkar irão conseguir trabalhar com a classe empresarial que é contra o “capitalismo de compadres” e a corrupção, mas não contra o capitalismo, e que participam do AAMP? Finalmente, os ambientalistas no AAP, com exposição pública e alguma influência minoritária, vão conseguir impor a linha RED no partido, RED, vermelho, em inglês, significando Radical Ecological Democracy, uma democracia ecológica radical, como propõe Aseem Shrivastava e Asish Kothari no livro *Churning the Earth: the making of global India* (algo como: “Mexendo na terra: a construção da Índia global”)?

*Economista ecológico catalão, professor da Universidade Autônoma de Barcelona. Autor de “O Ecologismo dos Pobres” (Editora Contexto). Tradução de Felipe Milanez.



Fim da moratória da soja deverá incentivar 'desmatamento legal' na Amazônia
SÍTIO CPT NACIONAL, 27.02.2014

Acordo que impedia expansão da sojicultura na floresta termina em dezembro. Cultura passa a ser regulada apenas pelo novo Código Florestal, sem barreiras ao cultivo da oleaginosa. A CPT é contrária à moratória por acreditar que ela precarizou a questão fundiária e o acesso à terra pelas populações locais.

(Fonte: Rede Brasil Atual)

A moratória da soja, que impede a comercialização de soja brasileira proveniente de áreas desmatadas na Amazônia depois de 2006, chega ao fim em 31 de dezembro. Com o término do acordo entre o governo brasileiro, exportadores e ONGs ambientalistas, não haverá mais qualquer impedimento ético à expansão da fronteira agrícola da soja na Amazônia.

A partir do ano que vem, a sojicultura e demais atividades produtivas serão regulamentadas apenas pelo Código Florestal e fiscalizadas pela União pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). A nova legislação, aprovada em 2012, permite que o produtor desmate 20% da área de floresta situada em sua propriedade. Nessa porção, poderá realizar qualquer atividade agrícola, inclusive o cultivo de soja, que até então era vedado pela moratória.

O secretário-geral da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Fábio Trigueirinho, uma das entidades signatárias do acordo, assume que o desflorestamento aumentará com o fim da moratória. Mas argumenta que o término do compromisso e a vigência do Código Florestal farão com que o sojicultor se veja obrigado a preservar os 80% de floresta da propriedade – chamado Reserva Legal. “Se tiver algum desmatamento autorizado, vamos tolerar, só que o produtor vai ter que cuidar do resto”.

No início do ano, Grupo de Trabalho da Soja (GTS), responsável pelo cumprimento da moratória, decidiu pela última renovação do acordo. O término estava previsto para o último mês de janeiro. A moratória impediu a comercialização de soja plantada em áreas desmatadas do bioma amazônico a partir de 24 de julho de 2006, quando entrou em vigor. A decisão foi convencionada entre as entidades representantes do setor privado Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec), Abiove e associadas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ONGs de conservação ambiental, como o Greenpeace e a WWF Brasil.

Segundo o diretor geral da Anec, Sérgio Mendes, os exportadores de cereais decidiram fazer parte da moratória para “desfazer qualquer mal entendido” com clientes no exterior, “principalmente os da Europa”, frisa. À época, o mercado europeu, grande comprador da soja brasileira, pressionou as exportadoras do país no sentido da produção sustentável de oleaginosas. Foi essa pressão dos clientes internacionais que motivou Anec e Abiove a assinarem o termo.

CONT.



Hoje, porém, a maior parte da soja produzida no Brasil é escoada para o mercado chinês. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a China importou, no ano passado, 32 milhões de toneladas de soja brasileira, o que representa 31,25% a mais do que os 22 milhões comprados em 2012. Já a importação europeia caiu 5,5% no mesmo período: foram 5,1 milhões de toneladas de soja provenientes do Brasil em 2013, contra 5,4 milhões em 2012.

Para o secretário-geral da Abiove, a queda da exportação de soja para a Europa pode ser explicada porque o continente tem um "mercado maduro". Entretanto, Fábio Trigueirinho admite que o mercado chinês não pede contrapartidas ambientais tão exigentes como os europeus ao comprar os grãos do Brasil. "A China está sendo a locomotiva do mercado da soja no mundo inteiro. Hoje, ela importa cerca de 70% da demanda mundial de soja em grão", disse.

O novo sistema do Grupo de Trabalho da Soja considera que o monitoramento do plantio da oleaginosa na Amazônia de acordo com o Código Florestal poderá ser feito pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta do Programa de Regularização Ambiental (PRA) do governo federal em que o produtor declara a posse de determinado território e o Ministério do Meio Ambiente fiscaliza a conservação da área de floresta cadastrada por meio de imagens de satélites. A ferramenta, porém, e apesar do fim iminente da moratória, ainda não foi regulamentada e posta em prática pelo governo.

Ainda que as regras do Código Florestal Brasileiro sejam válidas para todo o país, a fiscalização pelo CAR será feita massivamente, em um primeiro momento, somente em dez municípios no bioma amazônico. Na moratória, estas áreas, consideradas "pontos sensíveis" pelo GTS, representam 70% da produção de soja em área desflorestada depois de 2006. "Nós queremos trazer o produtor rural para esse sistema de cadastro, porque ele ficará totalmente visível para o governo", explica Trigueirinho.

Entretanto, como o novo sistema de controle do desmatamento da Amazônia não está completamente estabelecido, o Greenpeace acredita que a moratória ainda seja necessária, como afirma o representante da ONG Rômulo Batista. "O CAR é um sistema novo que ainda precisa ser testado. No bioma amazônico, há muito mais área desmatada do que o sistema pode fiscalizar ou autuar", diz. Batista destaca também o baixo contingente populacional e a grande extensão territorial da região como empecilhos ao monitoramento.

Conflitos

O oeste do Pará é uma das regiões com grande concentração de plantações de soja na Amazônia. Em Santarém (PA), sojicultores e povos tradicionais vivem em conflito por terras, como conta o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Santarém, Gilson Rego. Ele destaca que os programas de regularização fundiária do governo federal, como o Terra Legal, acirraram a concentração de áreas para o cultivo de soja e o confronto com a população tradicional.

Rego relata que, por conta da proibição do plantio de soja em áreas desmatadas após 2006, os
CONT.



produtores rurais cadastram no Terra Legal a posse de áreas pertencentes ao estado, como assentamentos e terras quilombolas e indígenas para realizarem o cultivo da oleaginosa. O conflito de terras na região torna-se ainda maior e a posse de terra uma utopia para o pequeno produtor. "Se o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] pesquisasse minimamente em seu sistema, saberia que ali é uma terra quilombola ou um assentamento e que não há como fazer cadastro dessas áreas".

A CPT é contrária à moratória por acreditar que ela precarizou a questão fundiária e o acesso à terra pelas populações locais, mas Rego teme que os confrontos sejam ainda piores com o fim do acordo e a regularização do Cadastro Ambiental Rural como ferramenta de controle do desmatamento. "O GTS quer transformar o CAR em documento fundiário. Os assentamentos, que são coletivos, terão cadastros individuais. Nós também teremos cadastros dentro de unidades de conservação, dentro de reservas extrativistas. Isso vai acabar com a história das comunidades", argumenta o coordenador da entidade.

Desmatamento

A taxa de desmatamento na Amazônia aumentou 28% em 2013. Um estudo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) constatou que entre as áreas mais afetadas estão Mato Grosso e Pará, com desflorestamento 52% e 37% maior que em 2012, respectivamente. No entanto, produtores de soja, por meio da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja), adotam o discurso da evolução da governança ambiental para justificar o fim da moratória. "Entendemos que a moratória perdeu o sentido a partir da consolidação dos mecanismos de governança ambiental definidos na reforma do Código Florestal", diz a nota da Aprosoja.

"Hoje há abertura de florestas no Pará, mas não é possível identificar pelo satélite se é em área de plantio da soja. Com isso, os produtores dizem que o local desmatado é um assentamento e é criado um discurso de que não é mais a soja que desmata, que a moratória está funcionando e diz que quem desmata é a população local. Todo ano, eles abrem mais mata e os conflitos [entre sojicultores e os povos tradicionais] continuam", lamenta o coordenador da CPT Santarém.

Para o Greenpeace, o sistema de governança do bioma amazônico ainda é falho e representa uns dos principais motivos pelos quais a moratória continua sendo um instrumento necessário para evitar o desmatamento. "As associações disseram que a moratória havia perdido sua eficácia por conta do novo marco legal do Código Florestal e pela existência de uma nova governança ambiental, mas nós acreditamos que essa governança não está totalmente estabelecida", contesta Batista ao afirmar que o CAR ainda não foi regularizado.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Amazônia possui áreas abertas suficientes para expandir a produção brasileira de soja. "Não há necessidade de desmatar absolutamente nada na Amazônia. Nós temos alguns milhões de hectares de áreas degradadas que poderiam ser aproveitadas para o plantio de soja", afirma o diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, Francisco Oliveira, do MMA.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

“A área amazônica não-utilizada ou subutilizada é mais do que suficiente para dobrar a produção agrícola do país, seja ela por forma de recuperação dessas áreas degradadas, seja por forma de melhoria na utilização das áreas subutilizadas”, argumenta Batista.

Este ano, a Aprosoja passará a integrar o GTS como representante dos produtores da oleaginosa. Porém, entidades representantes de moradores das regiões afetadas pelo cultivo do grão, durante os oito anos de vigência da moratória, nunca tiveram espaço no grupo de trabalho. Para o coordenador da CPT Santarém, a moratória “não foi feita para que houvesse envolvimento da sociedade local”. A Abiove afirma que o acordo é “voltado para a parte ambiental” e que, portanto, não haverá inclusão dos povos tradicionais.



Mídia Inacreditável, por Alceu Castilho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

Por Alceu Castilho

E eis que o portal do Estadão (não o jornal) se lembra dos Tenharim. Não por causa do apartheid em curso no sul do Amazonas – solenemente ignorado pela imprensa-aquela-tão-amiga-do-Madiba. (Racismo, para a nossa imprensa, só aquele – abjeto – sofrido pelo ator da Globo).

Os Tenharim voltam ao noticiário porque o delegado concluiu o inquérito e pediu prisão preventiva para os cinco acusados de matar três não-indígenas: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pf-conclui-inquerito-e-pede-prisao-preventiva-de-indios-em-humaita,1134990,0.htm>

Qual a base para a notícia? Informações da PF, do delegado? Aparentemente não. Tudo indica que informações do advogado dos parentes dos três mortos: Carlos Terrinha, também advogado de madeireiros, advogado dos poderosos da região.

O repórter não ouve a defesa dos Tenharim. Para nada. Em relação ao inquérito, em relação ao isolamento forçado de centenas de brasileiros na Terra Indígena, nada.

Terrinha, porém, ganha amplo espaço. Vejamos:

“Segundo o advogado Carlos Terrinha Almeida de Souza, além da modificação na prisão dos índios, o delegado também pede a prisão de outros 25 índios, acusados de coparticipação nas mortes. A informação não foi confirmada pela Justiça Federal e nem por Alves, que alegou sigilo profissional”.

Um triplo assassinato com a participação de 30 indígenas? Sim, sim, claro. Chamem imediatamente o Guinness Book. E toda a imprensa internacional para cobrir a prisão em massa de 30 Tenharim. Francamente. E o jornal amplifica a voz desse senhor – supostamente reproduzindo o que está no inquérito.

A se confirmar as versões apresentadas por Terrinha, a PF segue uma linha idêntica à propaganda em forma de boatos, desde dezembro, por aqueles que odeiam os indígenas: um pajé (de outra etnia, vejam bem, pois os Tenharim não têm pajé) disse aos Tenharim que um carro preto tinha atropelado o cacique Ivan.

Diante disso (e 13 dias depois da morte de Ivan), eles pararam um carro preto e mataram, por vingança, os três moradores de Humaitá e Apuí. Com a participação de mais 25 parentes. E a PF teria seguido apenas essa “pista”, embora os corpos tenham sido encontrados ao lado da famigerada Rodovia do Estanho – rota de criminosos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 38./ 2014

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

Tomando essa hipótese dos 30 assassinos, por absurdo, como a correta, ainda teríamos centenas de Tenharim inocentes. Mas são todos criminalizados pela população da região – e ignorados pela indignada imprensa brasileira.

Mas, rumo à hipótese contrária, e se Terrinha não estiver, digamos, exatamente correto? Onde estão as outras vozes, mesmo entre aqueles que acusam os indígenas? Será possível que não há um relato mais vertebrado – mais verossímil – para o motivo do triplo assassinato? (Sem pajés de outra etnia e uma visão de um carro preto?)

Será possível que continuarão achando que todo jornalista – e todo indigenista – simplesmente aceitará a versão mais estapafúrdia de plantão?

Ou esse insustentável amortecimento dos brasileiros em relação à violação de direitos indígenas permite que esse inquérito siga assim, tão sigiloso, e essa história, tão nebulosa? Afinal, são só cinco indígenas presos, não é mesmo?

Esse jornalismo policial tão pouco curioso ocorre, repito, em meio a um violento apartheid (perdão pela redundância). E segue ignorando o singelo fato de que nenhum Tenharim confessou o assassinato.

Esse jornalismo leggero também não se dá conta de que os cinco Tenharim estão sendo acusados por “testemunhas”. Que testemunhas? Quem? Em que contexto?

A PF e o Ministério Público podem dizer? Ou basta apontar alguns indígenas como culpados (com o beneplácito de nossa imprensa graúda) e está tudo certo?



Tenharim: "PF conclui inquérito e pede prisão preventiva de índios em Humaitá"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

Acusados de matar três homens que atravessavam a reserva indígena estão em prisão temporária; caso está agora com o Ministério Público Federal
Por Chico Siqueira, especial para O Estado de S. Paulo

A Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito que apurou a morte de três homens na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, no sul do Amazonas. O caso está agora com o procurador Edmilson da Costa Barreiros Júnior, do 2º ofício do Ministério Público Federal (MPF), de Manaus, que deverá decidir pela denúncia dos cinco índios tenharins presos acusados pelos crimes.

No inquérito, o delegado Alexandre Alves, pede que a prisão temporária dos índios seja transformada em prisão preventiva. O pedido foi feito por Alves ao juiz Márcio André Lopes Cavalcante, da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal de Manaus. Mas, segundo o advogado Carlos Terrinha Almeida de Souza, além da modificação na prisão dos índios, o delegado também pede a prisão de outros 25 índios, acusados de coparticipação nas mortes. A informação não foi confirmada pela Justiça Federal e nem por Alves, que alegou sigilo profissional.

Souza defende as famílias do professor Stef Pinheiro de Souza, 43 anos, do representante comercial Luciano Ferreira Freire, 30, e do técnico Aldeney Ribeiro Salvador, de 40, sequestrados e mortos em 16 de dezembro quando atravessavam a área indígena. Os corpos só foram encontrados numa vala no dia 3 de fevereiro, e enterrados, sob clima de protesto..

A suspeita é (de) que os índios tenham matado os três homens em vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim, após um acidente de motocicleta, em 3 de dezembro.

"No relatório, que tem 60 páginas, o delegado pede a prisão de mais 25 pessoas, na maioria índios, acusados de coparticipação no crime", disse o advogado. Segundo ele, os índios tinham conhecimento dos crimes e atuaram para esconder a autoria das mortes.



Sucesso! Madeireiros expulsos do território da 'tribo mais ameaçada do mundo'
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

Survival – A campanha global da Survival International para salvar os Awá, a tribo mais ameaçada do mundo, celebrou um grande sucesso esta semana: madeireiros e fazendeiros responsáveis pela destruição da floresta da tribo na Amazônia brasileira estão sendo expulsos. Os primeiros prazos para os invasores deixarem o território expiraram nessa segunda-feira 24 de fevereiro, 2014.

De acordo com relatórios da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) muitos madeireiros e fazendeiros deixaram a área na última semana, e o esquadrão terreno vai remover todos os outros invasores antes do dia 9 de março.

Assista a um vídeo da FUNAI, mostrando a primeira etapa da 'Operação Awá'. Pire'i Ma'a, um homem Awá diz: 'Tudo [toda caça] se espanta... Há madeireiros em todos os lugares. Não podemos caçar... Durante muito tempo estamos dizendo que os madeireiros estão aqui na área, e suas motosserras estão soando.'



Celebridades e centenas de apoiadores espalharam a mensagem 'Brasil: Salve os Awá' em pontos famosos ao redor do mundo.

© Survival

A operação segue a campanha internacional para salvar a tribo Awá da extinção. Após o

CONT.

lançamento da campanha, em abril de 2012, o governo brasileiro anunciou que o caso Awá era uma prioridade, e enviou um esquadrão de pelo menos 200 soldados, policiais e agentes do governo no início de 2014 para retirar os invasores. Fontes oficiais confirmaram que o lançamento da Operação Awá é devido à pressão internacional.

O Ministro da Justiça do Brasil já recebeu mais de 56.000 mensagens de apoiadores da Survival pedindo que a terra dos Awá seja protegida, e celebridades como a estrela de cinema Colin Firth, a designer de moda Vivienne Westwood e fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado espalharam a mensagem da campanha 'Brasil: Salve os Awá' internacionalmente.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, líder de direitos humanos nas Américas, também exigiu respostas do Brasil sobre seu tratamento dos Awá, depois de receber uma submissão urgente da Survival e a ONG brasileira CIMI, que tem trabalhado em estreita colaboração com os Awá há décadas.

Agora, a Survival está instando que o governo brasileiro complete a operação e implemente um programa permanente de proteção da terra, para que os invasores não voltem.

Os Awá são uma das últimas tribos de caçadores-coletores nômades no Brasil, e dependem da floresta e sua caça para sobreviver. Mas eles têm vivido com medo, já que madeireiros ilegais estavam se aproximando.



Os Awá são uma das últimas tribos de caçadores-coletores nômades da Amazônia.
Eles dependem da floresta para sua sobrevivência.
© Domenico Pugliese/Survival

Mais de um terço da floresta em um dos territórios dos Awá já foi destruído, e a tribo está preocupada com a segurança de seus parentes isolados que são forçados a viver

CONT.



constantemente fugindo de madeireiros fortemente armados.

Nixiwaka Yawanawá, um índio da Amazônia que trabalha com a Survival, disse hoje, 'As autoridades brasileiras estão removendo os invasores de terra Awá, graças à campanha da Survival e a pressão internacional. Para os Awá sobreviver, o governo deve garantir a proteção a longo prazo de suas terras. Se não, eles serão destruídos, como tantas outras tribos na história do Brasil.'

Stephen Corry, Diretor da Survival International, disse, 'Operação Awá nunca teria acontecido sem os milhares de apoiadores em todo o mundo que tomaram medidas para impedir a aniquilação da tribo mais ameaçada do mundo. Mais de quarenta anos de campanhas para os direitos dos povos indígenas mostraram para nós que a opinião pública é a única força eficaz que pode trazer mudanças reais.'